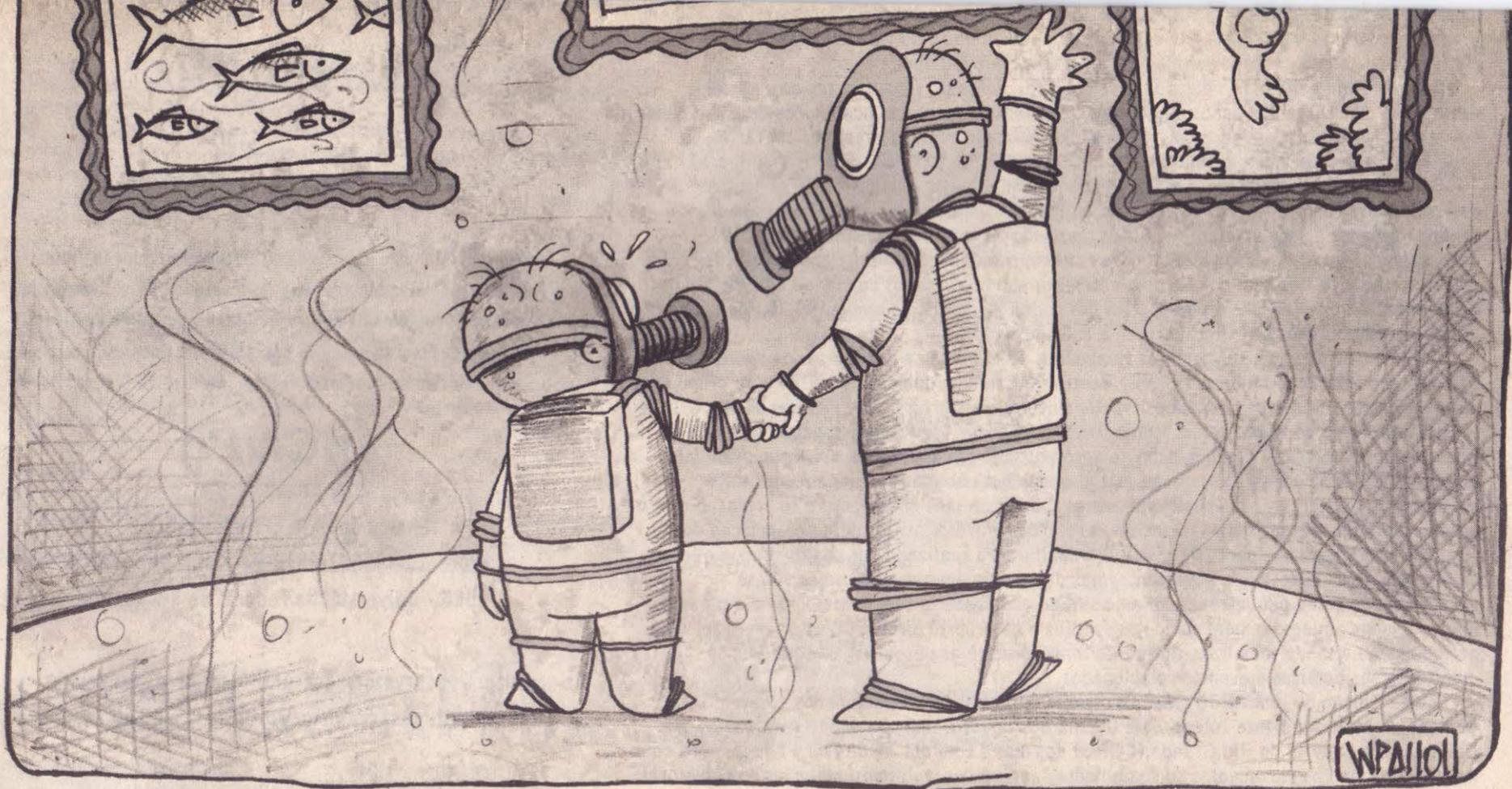


Observatório dos Conflitos Urbanos e Sócio-ambientais do EXTREMO-SUL DO BRASIL

apresenta





rio grande - rs - junho de 2012 - edição um

jornal ECO

Editorial

O observatório e as pesquisas sobre a Cidade, a sustentabilidade e os conflitos urbanos e sócio-ambientais no extremo sul do Brasil

POR CAIO FLORIANO - Doutorando em Educação Ambiental - FURG
e CARLOS MACHADO - Professor do Instituto de Educação - FURG

A sociedade democrática e, portanto também, a cidade democrática deveria ter espaços em que fossem explicitados seus diferentes projetos em disputa. Questão negada seja pelo discurso universalista que passa por cima das diferenças e divergências reais vividas pelos atores sociais em suas lutas e disputas pela apropriação da riqueza, do território e dos espaços de poder; bem como, daqueles que, apesar de identificar os conflitos buscam solucioná-los através de meios técnicos (tecnologias) e/ou desde concepções sistêmicas, como se os "conflitos" fossem apenas decorrentes da falta de conhecimento ou do não uso das tecnologias apropriadas. Mas, também, não comungamos de perspectivas essencialistas, para as quais os atores "em si", e, portanto, ao serem identificados num lugar social determinado, já estaria por sua vez, determinado seu respectivo posicionamento sobre a apropriação da riqueza, do território e dos espaços de poder. Afirmamos que, a condição de classe deve ser associada à posição de classe dos atores em suas relações, e para tanto, partindo do conflito como momento salutar para a verificação em processo deste processo. Ou seja, como atores em conflito se posicionam e produzem seus discursos uns contra os outros bem como os conteúdos destes em relação à sustentabilidade.

No número zero deste jornal, já explicitamos aspectos gerais de nosso trabalho e objetivos, e agora, apresentamos nossos objetivos acadêmicos e de pesquisa. Ou seja, o observatório como banco de dados e informações sobre os conflitos que estamos mapeando visará contribuir ao debate, questões acima relacionadas, na produção de uma cidade e sociedade democrática com justiça ambiental e social. Isso se efetivará ao explicitarmos através dos conflitos as demandas e os atores em relação, seus interesses e responsabilidade bem como desdobramentos. No relacionado às pesquisas em desenvolvimento, mas também,



WPA1101

em decorrência das que já realizamos constatamos que a configuração da distribuição da renda e das populações na região de que a riqueza não vem sendo redistribuída de forma equitativa, de que os territórios são/foram apropriados de forma desigual e os "espaços de poder" (instituições públicas e espaços participativos) estão ocupados por gestores que agem, produzem políticas e discursos que corroboram a manutenção de tal status quo. Isso se caracterizaria como um caso de injustiça ambiental, que é definida como:

O mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis. (ACSELRAD, MELLO, BEZERRA, 2009, p.17)

Sendo assim, tal realidade e carga de "danos ambientais" jogados sobre as "costas" de determinados grupos e setores sociais, por outros, são um dos motivadores centrais dos conflitos urbanos e socioambientais. Então, partindo de tais pressupostos estamos desenvolvendo uma pesquisa coletiva para mapear, estudar e problematizar as relações entre atores sociais e destes com o meio ambiente/natureza nos espaços da cidade e da região do extremo sul do Brasil desde a perspectiva dos conflitos, da justiça ambiental, da sociológica da infância e da educação ambiental crítica e transformadora.

Porfanto, partiremos dos conflitos (mapeados na imprensa e dos bancos de dados da Organização Não Governamental (ONG) Centro de Estudos Ambientais (CEA) e do grupo de pesquisa Núcleo de Análises Urbanas (NAU) vinculado a Universidade Federal do Rio Grande (FURG) em torno de temas como: Plano Diretor, Infância, Movimentos Socioambientais e licenciamento ambiental como gancho ao aprofundando em estudos na produção acadêmica, documentos e legislações, entrevistas, etc. visando com isso identificar, de forma mais aprofundada os atores e seus posicionamentos sobre os temas em disputa e sua relação com o pressuposto apresentado acima, referido as relações entre os atores pela apropriação dos recursos, da riqueza e espaços de poder. O trabalho será realizado por partes, já que o tempo de duração de cada pesquisa é diferente, mas na medida em que as mesmas vão se desenvolvendo serão publicizadas, seja no site do observatório (em construção) e em outras mídias ligadas ao mesmo, bem como nos eventos e no próprio jornalECO que deverá ter uma periodicidade visando socializar, tanto informações sobre as pesquisas, os conflitos, manifestações públicas e eventos relacionados.

Nesta Edição do jornalECO trazemos textos e informações relacionados ao evento Semana do Meio Ambiente Integrada à Cúpula dos Povos Daqui que acontecerá na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) dos dias 11 ao dia 17 de junho e culminará com uma caminhada dos movimentos socioambientais, entidades, coletivos, cidadãos e professores, estudantes e funcionários da FURG em greve no último dia no Cassino. Neste deveremos distribuir uma carta trazendo a tona temas discutidos na semana anterior, de 11 a 15 jun. Este evento segue o formato do evento paralelo a Rio + 20, denominado Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, que acontece no Rio de Janeiro no Aterro do Flamengo entre os dias 15/06 e 23/06. Então convidamos a todos a ler esta edição do jornalECO e a participarem do evento e da discussão sobre Rio Grande e região por Justiça Social e Ambiental.

Bibliografia:

ACSELRAD, Henri et al. O que é Justiça Ambiental. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

Observatório dos Conflitos Urbanos e Sócio-ambientais do EXTREMO-SUL DO BRASIL

EXPEDIENTE

Rio Grande - RS

Junho de 2012

edição um

O jornalECO é uma publicação do Observatório dos Conflitos Urbanos e Sócio-ambientais do Extremo-sul do Brasil, vinculado ao PPGEA - Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental e ao PPGEO - Programa de Pós-graduação em Geografia, através do Núcleo de Pesquisas Política, Natureza e Cidade,



financiado pelo CPNq 2010-2012

Processo 474567/2010-9 - Edital Universal.

FURG - Universidade Federal do Rio Grande

<http://observatoriodosconflitosrs.blogspot.com.br>

e-mail: observatoriodeconflitos@gmail.com

Grupo Política, Natureza e Cidade

<http://www.gpncfurg.blogspot.com.br>

Coordenação:

Prof. Dr. Carlos Roberto da Silva Machado

Editoração e Desenhos:

Wagner Passos

Conselho Editorial:

Caio Floriano, Carlos Machado e Wagner Passos

DESENVOLVIMENTO E INSUSTENTABILIDADE EM RIO GRANDE (!?)

POR ANTÔNIO LIBÓRIO PHILOMENA

Mestre em Ciências Marinhas, na Louisiana State University e Doutor em Ecologia pela University of Georgia, USA

Sempre foi um enorme desafio compatibilizar o conceito de sustentabilidade com as políticas públicas e privadas. Com o avanço do “greenwashing” o desgaste deste tema chegou ao limite da desfaçatez. Até se sabe que alguns falantes da sustentabilidade nem sabem o que estão a bradar, principalmente na mídia paga! Claro, que um lado positivo destes tempos, é que a palavra SUSTENTABILIDADE ainda é moda e assim pode ter recuperado seu objetivo maior. Veja a RIO+20 onde o eixo principal é este substantivo pouco concretizado. Afinal são 20 anos tentando desde a ECO 92.

Lá do início da concepção de sustentável já se sabia que as cidades (do jeito que são planejadas e vividas) estavam longe de ser aquilo. Rio Grande não é exceção nem modelo para tal caminho de qualidade de vida melhor. Até o histórico riograndino não ajuda, apesar da Natureza generosa (leia-se diversidade de ecossistemas altamente produtivos).

O homem, que chegou nestes pagos, veio e, continua, só a explorar, em geral até esgotar os recursos. São pessoas que não conhecem o verbo EXPLOTAR (de raiz francesa e não lusitana). Um rápido olhar na história de 275 anos de Rio Grande permite ver os ciclos de pujança / falência dos sistemas: agrícola – pesqueiro – industrial – comercial – cultural - social. Como esta “política” desenvolvimentista é reducionista (digamos cega, para passar bem) junto com cada ciclo que esgota a Natureza, também se esgota, já que o verbo desenvolver é de uso exclusivo humano e não sistêmico. Enquanto este for o caminho forçado, nada de novo podemos esperar como resultados!

A Educação Ambiental e a Rio + 20

POR ALEXANDRE MACEDO PEREIRA

Pedagogo, psicopedagogo e Mestre em Gestão em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (UFPA)
Email: c.cpa2008@hotmail.com

“Construir um modelo de desenvolvimento sustentável” é o que Ban-Ki-Moon, Secretário Geral da Organização das Nações Unidas deseja que se concretize durante a Rio + 20. Sendo assim, as representações governamentais e não governamentais de diversos países se concentrarão no Rio de Janeiro para “tornar possível esse sonho”.

A Conferência é um momento chave de reflexão para o campo da Educação Ambiental no Brasil, sendo assim, o fato da mesma não fazer parte do processo de debates da Rio +20 é um indicador significativo que coloca em suspeita a relevância da Educação Ambiental no Brasil nos últimos vinte anos, e também, é um indicador norteador dos debates do campo para a elaboração de uma nova agenda para os próximos vinte anos. Nessa conjuntura, é necessário dialogar sobre o papel político da Educação Ambiental no desenvolvimento econômico do Brasil.

A Rio 92 foi entendida pelos pesquisadores e educadores ambientais como um marco na trajetória no campo da

AMAZÔNIA

POR ELISA COSTA

Professora do ICH

A Amazônia vive um surto de desenvolvimento durante os governos militares da década de 1970, com fortes investimentos estatais na construção de estradas, regularização de grandes áreas de terra e incentivos para a formação de fazendas madeireiras e de gado. As populações de índios, seringueiros e agricultores ribeirinhos que viviam na grande floresta foram ignoradas ou destinadas a habitar em pequenos lotes de terra em assentamentos, onde não tinham nenhuma condição de reproduzirem suas formas de vida anteriores.

Surgiram então vários movimentos sociais contrapondo-se a esse processo, inicialmente de índios e depois de seringueiros - estes tornando-se especialmente conhecidos após o assassinato de Chico Mendes. Assim, após muitas lutas, conquistaram o direito de permanência na floresta e hoje, no estado do Acre, por exemplo, mais de 20% da sua superfície compõe-se de terras indígenas e reservas extrativistas, fruto de conquistas desses movimentos.

A gestão coletiva e democrática dessas áreas, tal como exigiram os movimentos, porém, não foi e não é nada simples, especialmente após a forte crise da economia da borracha, principal produto extrativo florestal que se abateu na região. Aliado a isso, a construção de estradas e o recente crescimento de cidades no entorno dessas áreas, acabou trazendo muitas melhorias mas também uma série de outros problemas para a população, cada vez mais difícil de se organizar politicamente na defesa de possíveis interesses comuns.

Neste evento, pretende-se discutir um pouco da história do movimento dos seringueiros, em especial no vale do rio Juruá acreano, e alguns de seus desafios atuais.

Educação Ambiental no Brasil. A partir dela, algumas conquistas se consolidaram, destacando-se a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/99). Apesar da Política Nacional de Meio Ambiente ser a uma grande conquista, lacunas ainda não foram preenchidas nesse percurso histórico da Educação Ambiental no Brasil.

Sendo assim, o que pensam os educadores e pesquisadores da educação ambiental quanto a não participação desta área do conhecimento nas discussões da Conferência Rio + 20? É um momento imprescindível para a reflexão-ação, ou seja, pensar/agir, pois a ação e o conhecimento (práxis) modificam a realidade, o homem e a natureza. É um processo dinâmico e simultâneo, que se efetiva na existência e não apenas em ideais. Nesse contexto o critério de verdade, do agir humano, deve sempre ser a prática social (Mao Tse-Tung).

Direcionando o olhar para a história, pode-se afirmar que os avanços alcançados nessa jornada são frágeis, seja no campo da educação formal, não formal e informal. Em vinte anos a educação ambiental não se consolidou como um campo político de enfrentamento desse modelo econômico expropriador. Na maioria das vezes a Educação Ambiental assume uma postura pragmática, utilitarista, reacionária, conservadora e reprodutora.

A partir dessa leitura pode-se concluir que os "protagonistas" do espetáculo da Rio + 20 não enxergam a Educação Ambiental como uma força essencial a ser combatida e muito menos enxergam como uma força aliada. Que triste constatação!

Portanto, está na hora de superar as fragilidades (teóricas, políticas, metodológicas) e avançar com consistência para a elaboração de uma Educação Ambiental comprometida com os seres humanos, a justiça, a ética etc. Sendo assim, a Educação Ambiental crítica, emancipatória, é combativa e não se efetiva por dentro do sistema do capital, pois segundo István Mészáros "o sistema do capital é incorrigível".

O que é a Cúpula dos Povos?

A Cúpula dos Povos na Rio+20 por Justiça Social e Ambiental é um evento organizado pela sociedade civil global que acontecerá entre os dias 15 e 23 de junho no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro – paralelamente à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD), a Rio+20.

Por quê?

Rio+20 oficial marca os vinte anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92 ou Eco 92). Nestas duas décadas, a falta de ações para superar a injustiça social ambiental tem frustrado expectativas e desacreditado a ONU. A pauta prevista para a Rio+20 oficial – a chamada “economia verde” e a institucionalidade global – é considerada por nós como insatisfatória para lidar com a crise do planeta, causada pelos modelos de produção e consumo capitalistas.

Para enfrentar os desafios dessa crise sistêmica, a Cúpula dos Povos não será apenas um grande evento. Ela faz parte de um processo de acúmulos históricos e convergências das lutas locais, regionais e globais, que tem como marco político a luta anticapitalista, classista, antirracista, antipatriarcal e anti-homofóbica.

Cúpula dos Povos acontece em Rio Grande

POR CARLOS RS MACHADO - Professor da Universidade Federal do Rio Grande - FURG
CAIO FLORIANO DOS SANTOS - Doutorando em Educação Ambiental - FURG
e WAGNER PASSOS - Mestrando em Educação Ambiental - FURG

No ano de 1992 foi realizada na cidade do Rio de Janeiro (Brasil), vinte anos após Estocolmo 1972, a segunda conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida mundialmente como Rio-92 ou Eco-92. Como vem sendo amplamente o Brasil volta a ser sede desta conferência no ano de 2012, e esta vem sendo chamada de Rio+20.

Procurando entender o que seria discutido durante este evento, bem como nos eventos paralelos, organizou-se durante os meses de abril uma série de seminários na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) para se discutir os principais temas da Rio+20 (evento oficial) e apresentar e entender o evento paralelo chamado “Cúpula dos Povos: por justiça social e ambiental”, que acontecerá no Rio de Janeiro, no Aterro do Flamengo.

A partir destas discussões surgiu-se a ideia de se realizar

grecos, que tem como marco político a luta anticapitalista, classista, antirracista, antipatriarcal e anti-homofóbica.

Queremos, assim, transformar o momento da Rio+20 numa oportunidade para tratar dos graves problemas enfrentados pela humanidade e demonstrar a força política dos povos organizados. “Venha reinventar o mundo” é o nosso chamado e o nosso convite à participação para as organizações e movimentos sociais do Brasil e do mundo. A convocatória global para a Cúpula será realizada durante o Fórum Social Temático (www.fstematico2012.org.br), em 28 de janeiro, em Porto Alegre (RS). O Fórum deste ano é, aliás, preparatório para a Cúpula.

Como?

O Comitê Facilitador da Sociedade Civil para a Rio+20 (CFSC) está preparando o desenho da Cúpula dos Povos e do território que ocuparemos no Aterro do Flamengo. O espaço será organizado em grupos de discussão autogestionados, na Assembleia Permanente dos Povos e num espaço para organizações e movimentos sociais exporem, praticarem e dialogarem com a sociedade sobre suas experiências e projetos, chamado de Territórios do Futuro. As ações da Cúpula estarão todas interligadas. [Clique aqui para ver a programação.](#)

A ideia é que a Assembleia Permanente dos Povos – o principal fórum político da Cúpula, se organize em torno de três eixos e debata as causas estruturais da atual crise civilizatória, sem fragmentá-la em crises específicas – energética, financeira, ambiental, alimentar. Com isso, esperamos afirmar paradigmas novos e alternativos construídos pelos povos e apontar a agenda política para o próximo período. Os três eixos são: denúncia das causas estruturais das crises, das falsas soluções e das novas formas de reprodução do capital, soluções e novos paradigmas dos povos e estimular organizações e movimentos sociais a articular processos de luta anticapitalista pós-Rio+20. Para entender melhor como eles organizam as atividades da Cúpula, [clique aqui.](#)

Quando?

Por isso, o território da Cúpula dos Povos será organizado de forma livre da presença corporativa e com base na economia solidária, agroecologia, em culturas digitais, ações de comunidades indígenas e quilombolas. Esse encontro da cidadania, que também contará com atrações culturais, ficará aberto até o fim da Cúpula, no dia 23. Os dias 5 e 20 de junho serão de mobilização global

A partir destas discussões surgiu-se a ideia de se realizar em Rio Grande/RS a Cúpula dos Povos daqui, nesta perspectiva foram se agregando diversas entidades, movimentos sociais, coletivos e outros, para que de forma coletiva pudéssemos planejar e organizar este evento.

Após muito esforço e discussões o evento “Semana do Meio Ambiente integrada a Cúpula dos Povos daqui”, que discutirá temas importantes para o município e região, como: Pólo Naval, Porto do Rio Grande, Mobilidade Urbana, Meio Ambiente, Educação, Populações Tradicionais, Desenvolvimento e Sustentabilidade, sendo aberto a toda população e aos movimentos sociais.

O evento acontecerá na FURG (Campus Carreiros – Pavilhão 4) entre os dias 11 e 15 de junho, com a Marcha dos Povos no dia 17 de junho, reunindo todos os movimentos socioambientais e coletivos participantes (Concentração no Cassino às 14 horas em frente ao ArtEstação). A abertura do evento acontece no dia 11 de Junho às 10 horas no Centro de Convivência do Campus Carreiros da FURG. Esperamos a presença de todos.

venha para a
MARCHA DOS POVOS
dia 17 de junho
NO CASSINO
Concentração às 14 horas em
frente ao ArtEstação

Semana do meio ambiente integrada à cúpula dos povos daqui Rio Grande e região - FURG - Campus Carreiros

Dia 05 jun. – lançamento: inscrições, roda de chimarrão, roda de conversa, mostra de fotos, atividades artísticas, CC – Campus Carreiros – FURG
10 às 17 horas

Quarta, 13 jun

9-10h30: Mobilidade urbana
Leandro Karan (Pedal Curticeira - Pelotas) e
Local CC e corredor PPGEA

10h45: Bicicleta, no entorno da FURG,
bairros e vilas.

14-16h: O Oceanário da FURG e o meio ambiente,
Dione Kitzmann e Lucia Anelo,
local: Auditório 4110, pav. 4.

16h30-18h30: Temas da Problemática Ambiental
Rio Grande e Região
Roda de conversa: Poluição; Contaminação rios,
lagos, canal e Ocupação e uso do solo
Local: auditório 4110.

19-21h: A questão Ambiental no
Rio Grande e na região
Intendente Porto

Segunda, 11 jun

9-10 h: Abertura das exposições de fotos e power
point – CC e pav. 4, área do PPGEA: Rio Grande e região
– contrastes e desigualdade no Mar de Oportunidades.

10-12h: Movimentos sociais na Amazônia – roda de
conversa sobre Pará e no Acre, Pav. 4, auditório 4110.

16h30-18h30: Desenvolvimento, (in)
sustentabilidade na cidade e região, roda de conversa:
Francisco Quintanilha (FURG-GTJUS),
Antônio Libório Philomena (IO), Pav. 4, auditório 4110.

19-21h: A cidade e a sustentabilidade,
Vereador Julio Martins,
Sala 1205, pav. 1.

Quinta, 14 jun

9:30 -12h: Power Point CC:
Um Mar de Oportunidades: para quem?
CC e PPGEA, pav. 4 - Mostra fotos contrastes da
cidade e região: conflitos; riqueza e miséria

14h: Saúde do trabalhador no século XXI,
Conselho Municipal Saúde.

Terça, 12 jun

10-12h: Diversidade e meio ambiente
Local CC, power point

Vídeo conferência: Cultura e Sustentabilidade, MinC,
Local: pav.4, auditório 4110?

14-16h15: Diversidade, coletivos e lutas
Roda de conversa:

coletivo negro, camaleão, é nós, DCE,
Local: pav. 4, auditório 4110.

16h30 18h30: Lutas em Rio Grande e região
Roda de conversa: pescadores, luta pela moradia,
portuários, aprofurg, aptafurg.
Local: Auditório 4110, pav.4.

19-21h: A Universidade, a diversidade e os
trabalhadores

- Rita Rache, Ponto de Cultura
Local: Sala 1205, pav. 1.

Sexta, 15 jun

9:30h: Fechamento da carta daqui
Local: auditório 4110,

Dirceu Lopes - Superintendente
Secretaria Municipal de Meio Ambiente
FURG - A política ambiental da Universidade,
CEA - Centro de Estudos Ambientais,
NEMA - Núcleo de Educação e Monitoramento
Ambiental
Local: sala 4104, pav. 4.

Aprofurg,
Pesquisadores,
Local: auditório 4115, pav. 4 ou CIDEC
16h: Mapa dos conflitos da região – estatísticas e
temas mapeados – apresentação dados,
16h30-18h30: A justiça ambiental e a cidade
(in) sustentável

Roda de conversa: Mateus Korting,
Cleyton Gerhardt (UFRGS),
Carlos RS Machado. Observatório dos Conflitos
Local: auditório 4115, pav. 4

19-21h: Os megaeventos como negócio:
COPA 2014 e Olimpíadas 2016,
Bricolage sport club,
Local: sala 1205, pav. 1.

pav. 4
11h: Saída de campo – Ilha dos Marinheiros
Almoço coletivo e atividades – retorno, 17h
FESTA DA CÚPULA E DA SEMANA Meio
Ambiente.

Dia 17 de junho: **MARCHA DOS POVOS**

na Av. Rio Grande, Cassino, concentração 14h no ArtEstação. Distribuição da Carta.

Rio+ 20 e Cúpula dos povos: Há lugar para as crianças?
POR VÂNIA R. PASCOAL MAIA
Mestranda em Educação Ambiental - FURG
vaniapascoal@gmail.com

Às vésperas da Conferência Rio + 20 muito há que se pensar e discutir referente às questões ambientais. “Sustentabilidade”, “desenvolvimento”, “futuro das novas gerações”, “preservação do meio ambiente”, entre outros temas, se apresentam amarrados a uma ideia de “economia verde”. No discurso hegemônico, estes são colocados como servindo a todos e todas, na ênfase de que os problemas ambientais poderão ser resolvidos pela tecnologia e/ou soluções de mercado. De que todos e todas estariam ou deveriam estar unidos na defesa e proteção do meio ambiente, num único projeto.

Ao entendermos que são diferentes as responsabilidades pela degradação ambiental, são desiguais as apropriações da riqueza produzida, dos territórios, e também são distintos os projetos e interesses dos grupos e classes na sociedade, entendemos que não é possível haver uma única posição ou ponto de vista sobre os mesmos.

Dessa forma, e nesse entendimento, tem se organizado uma contraposição àquele que é composto por governos, empresas e ONGs “amigas do mercado”, é o evento paralelo

denominado de Cúpula dos Povos, cujo tem entre seus idealizadores Movimentos Sociais, ONG’s populares, Juventude, Indígenas, e outros/as interessados em debater e construir alternativas políticas às desigualdades, às injustiças ambientais, à mercadorização da natureza, da vida, e etc.

Neste contexto, compreendemos como válido localizar o lugar das Infâncias e de seus sujeitos (as crianças) nas discussões e proposições apresentadas, levando em consideração os dois eventos anunciados:

Em suas resoluções foram feitas referências à situação das crianças? Houve espaço para participação e manifestação efetiva das mesmas? O que foi proposto ou discutido e deliberado?

Pretendemos, a partir da Sociologia da Infância, analisar criticamente dados e informações, investigando ainda se as crianças foram entendidas enquanto meros seres passivos, incapazes de expressão, ou ao contrário, reconhecidas como produtoras de cultura, conhecimento e capacidade de colaborar na intervenção e construção de uma nova utopia societária.

Esperamos, por fim, poder contribuir através de tal análise para a compreensão dos sentidos e lugares da(s) infância(s) e das crianças no que se referem aos contextos e espaços aqui citados.



O XXXI Encontro Estadual de Geografia ...

“Professor, o Bacharel e o Estudante: diferentes ações, as mesmas geografias?”, ocorreu nos dias 18, 19 e 20 de maio de 2012, na Universidade Federal de Rio Grande – FURG. O tema, o qual foi abordado refere-se às ações do profissional de Geografia em sua área de atuação, seja ele bacharel, licenciado ou estudante. O evento buscou oferecer a oportunidade de integração profissional e de atualização científica e metodológica, no âmbito da Geografia e áreas afins nas diversas instituições dos sistemas de ensino e de outros órgãos, públicos ou privados, bem como aos acadêmicos dos Cursos de Geografia das Instituições de Ensino Superior do Estado, por meio de discussões temáticas e de caráter profissional.

O evento proporcionou mesas relacionadas ao tema, oficinas e apresentações de trabalhos tendo como eixos temáticos: Geografia e Educação; Pensamentos Geográficos; Geografia e Espaço Agrário; Geografia e Espaço Urbano; Geografia e Questão Ambiental; Dinâmicas e Processos Naturais; Geografia e Cultura; Geografia e Política; Cartografia e Geotecnologias.

Oceanólogo, você sabe qual o seu papel social? Venha reinventar o mundo

POR CAROL AMORIM e PAULA PEREIRA (Sorriso)
Acadêmicas de Oceanologia
CALO

O Centro Acadêmico Livre de Oceanologia (CALO) em conjunto com outros CA's e DA, mais o Observatório de Conflitos Urbanos do Extremo Sul do Brasil, buscando a integração e participação estudantil ao movimento da Cúpula dos Povos, organizamos a “Semana do Meio Ambiente Integrada à Cúpula dos Povos daqui”.

A Cúpula dos povos é um evento paralelo à data que marca os 20 anos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio +20, que ocorrerá entre os dias 15 e 23 de Junho no Rio de Janeiro. A pauta oficial para a Rio+20

Geotecnologias.

Também foi proporcionado saídas de campo para: a reserva ecológica do Taim e Lagoa Mirim, destacando as questões ambiental, geomorfológicas e histórico-culturais. Incluindo a visualização dos ecossistemas da região; visita a Laguna dos Patos, Praia do Cassino e Barra do Rio Grande buscando observar áreas de ambientes de marismas na região do estuário da Laguna dos Patos e trabalhando também a importância desses ambientes para dinâmica ecológica do estuário e impactos antrôpicos; e visita ao Centro histórico de Rio Grande e Pólo Naval, demonstrando os referenciais urbanos e as relações que se estabelecem na cidade em termos de preservação do patrimônio e conhecendo os fatores geoeconômicos, logísticos e sociais das empresas que compõem o Pólo Naval da cidade. Isso de maneira geral enfocando as características comuns de cada empresa e principalmente a movimentação portuária.

POR MARISTEL C. SAN MARTIN

Acadêmica de Geografia Licenciatura
Coordenadora de meio ambiente-DCE

15 e 23 de Junho no Rio de Janeiro. A pauta oficial para a Rio+20 é a chamada "economia verde" e a institucionalidade global, considerada pela Cúpula como insatisfatória para lidar com a crise do planeta causada pelos modelos de produção e consumo capitalistas.

"Venha reinventar o mundo" é o convite da Cúpula à participação de organizações e movimentos sociais do Brasil para tratar da problemática na qual a humanidade se insere e demonstrar a força política dos povos organizados.

A ideia da semana é promover debates, rodas de conversa, palestras e outras atividades de cunho cultural acerca deste tema com a participação da comunidade acadêmica e da região. Nós, do CALO, acreditamos que todos os estudantes de oceanologia deveriam participar desta semana que terá temas voltados para a problemática ambiental do Rio Grande e Região, O oceanário da FURG, entre outros. Este evento é uma oportunidade para os futuros oceanólogos ultrapassarem os limites da visão técnica para a social.

Os mega-eventos (Copa do Mundo, 2014 e Olimpíadas, 2016) estão alterando as pautas políticas, econômicas e sociais em municípios e estados, mas sobretudo na esfera federal. As consequências das ações pré-eventos estão deixando marcas muito profundas nas comunidades onde são preparadas as condições para a realização de tais eventos. Pode-se vislumbrar dois pontos de vista principais: de um lado o capital internacional organizado com elites locais e de outro lado populações das classes trabalhadoras organizadas ou não. Nosso objetivo na atividade é apresentar algumas informações dos acontecimentos desde a escolha do país como sede da Copa e da Olimpíada, como as questões relativas à Lei Geral da Copa, as obras para a Copa, desapropriações para obras dos eventos, etc.", Billy Graeff, é professor de educação física e junto com Bricolagem esporte clube discutirá estas questões no nosso evento.

CABIO – Centro acadêmico da Biologia (FURG) - Por muito tempo tentou-se mensurar o valor do impagável, tentativas falhas de governos e grandes empresas de diminuir os impactos ambientais. PNUMA, Conferências das nações unidas, Eco – 92, Rio +10 entre outros eventos sobre as questões ambientais não trouxeram nada além de medidas pseudoredutoras de impactos. É no intuito que esses erros altamente prejudiciais não se repitam que diversos movimentos sociais se unem em paralelo a Rio +20 formando a cúpula dos povos, para que os gritos e clamores espalhados se tornem um canto uníssono em favor da nossa mãe terra.

O que acontece no âmbito mundial se reflete nos patamares locais, como já é visível o planejamento ou a falta dele na nossa cidade feito sem nenhuma consulta ao nosso povo. É por essa e tantas outras razões que nós do CABIO nos unimos aos demais grupos universitários e não universitários e com o mesmo objetivo da cúpula dos povos unimos nossas vozes para clamar por uma cidade onde o "desenvolvimento" não seja uma violência contra nosso povo, nossos pobres, nossa biodiversidade e nossa cultura, mas que seja um desenvolvimento de forma integral onde o povo tenha voz e vez, onde a nossa natureza seja supervalorizada não com valores "pagáveis" mas com valores de pertencimento e comunhão, pois dela somos parte.

POR VINÍCIUS PUCCINELLI - Acadêmico de Biologia



Por que os professores universitários estão em greve?

À SOCIEDADE BRASILEIRA

A defesa do ensino público, gratuito e de qualidade é parte essencial da história do Sindicato Nacional das Instituições de Ensino Superior (ANDESSN), assim como a exigência da população brasileira, que clama por serviços públicos, com qualidade, que atendam às suas necessidades de saúde, educação, segurança, transporte, entre outros direitos sociais básicos.

Os(as) professores(as) federais estão em greve em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade e de uma carreira digna, que reconheça o importante papel que os docentes têm na vida da população brasileira. O governo vem usando seguidamente o discurso da crise financeira internacional como justificativa para cortes de verbas nas áreas sociais e para rejeitar todas as demandas feitas pelos servidores públicos federais por melhores condições de trabalho, remuneração e, consequentemente, qualidade no serviço público.

A situação provocada pela priorização de investimentos do Estado no setor empresarial e financeiro causa impacto no serviço público, afetando diretamente a população que dele se beneficia. Os professores federais estão em greve em defesa da Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade e de uma carreira digna, que reconheça o importante papel que os docentes federais tem na vida da população brasileira.

Pela reestruturação da carreira.

GREVE dos ESTUDANTES

No dia 17 de Maio de 2012, o Sindicato dos professores da FURG (Aprofurg) declarou greve, deflagrada em prol da reestruturação da carreira docente e por melhoria das condições de trabalho nas Instituições Federais (IFES).

A reivindicação dos docentes feita a partir do Sindicato Nacional das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) reivindica a reestruturação da carreira atual, a qual propõe carreira com 13 níveis, variação remuneratória de 5% entre níveis, a partir do piso para regime de trabalho de 20 horas semanais. Além disso, este movimento questiona a falta de infraestrutura gerada pela expansão desqualificada da Universidade. Neste ano diversos cursos (das IFES), tiveram seu início suspenso ou atrasado devido à precariedade das Instituições, onde houve universidades sem professores, sem laboratórios, salas de aula, restaurantes universitários, e até mesmo sem materiais básicos que afetam diretamente a qualidade de ensino.

Por esta situação prejudicar estudantes, professores e a sociedade em geral, no dia 21 de maio, foi realizada a Assembleia Geral dos Estudantes da FURG na qual estiveram presentes mais de mil alunos e foram deliberados: Apoio a greve nacional dos docentes e greve geral dos estudantes.

Em seguida, ao final da Assembleia, um grupo de aproximadamente 400 estudantes dirigiu-se ao prédio da reitoria e a ocupou pacificamente, em uma tentativa simbólica de fortalecer o movimento. Ao chegar, as portas foram abertas aos estudantes, que foram recebidos no prédio, onde foram definidas as principais reivindicações do movimento e iniciada a Pauta Local dos estudantes.

O Movimento Estudantil não impediu as atividades do espaço de forma a ampliar o diálogo com a reitoria, com intuito de que a greve dos professores e a greve dos estudantes fossem reconhecidas e também em prol de um novo Calendário Estudantil.

No dia 22 de maio, pela manhã, foi realizada uma marcha no Campus Carreiros, partindo do prédio da Reitoria e percorrendo diversas pavilhões e demais espaços de ensino em uma tentativa de mobilizar e informar um maior número de estudantes.

À tarde, foi realizada uma reunião, a portas abertas, com o Reitor João Carlos Brahm Cousin, com relação ao posicionamento do CONSUN e COEPEA sobre o reconhecimento do Movimento

Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade e de uma carreira digna, que reconheça o importante papel que os docentes federais tem na vida da população brasileira.

Pela reestruturação da carreira.

Há anos os(as) professores(as) vêm lutando pela reestruturação do Plano de Carreira da categoria, por acreditarem que essa reivindicação valoriza a atividade docente e, dessa forma, motiva a entrada e permanência dos profissionais nas instituições federais de ensino. No ano passado, o ANDESSN assinou um acordo emergencial com o governo, que previa, como um dos principais pontos, a reestruturação da carreira até 31 de março. Já estamos na segunda quinzena de maio e nada aconteceu em relação a essa reestruturação.

Para reestruturação da carreira atual, desatualizada e desvirtuada conceitualmente pelos sucessivos governos, o ANDES-SN propõe uma carreira com 13 níveis, variação remuneratória de 5% entre níveis, a partir do piso para regime de trabalho de 20 horas, correspondente ao salário mínimo do DIEESE (atualmente calculado em R\$2.329,35) A) valorização dos diferentes regimes de trabalho e da titulação devem ser parte integrante de salários e não dispersos em forma de gratificações.

Pela melhoria das condições de trabalho nas Instituições Federais.

O começo do ano de 2012 evidenciou a precariedade de várias instituições. Diversos cursos em Instituições Federais de Ensino – IFE tiveram seu início suspenso ou atrasado devido à precariedade das Instituições. O quadro é muito diferente do que o governo notícia. Existem instituições sem professores, sem laboratórios, sem salas de aula, sem refeitórios ou restaurantes universitários, até sem bebedouros e papel higiênico, afetando diretamente a qualidade do ensino. Ninguém deveria ser submetido a trabalhar, a ensinar ou a aprender num ambiente assim. Sofrem professores, estudantes e técnicos administrativos das Instituições Federais de Ensino. E num olhar mais amplo, sofre todo o povo brasileiro, que utilizará dos serviços de profissionais formados em situações precárias e que, se ainda não têm, pode vir a ter seus filhos estudando nessas condições. Por isso convidamos todos a se juntarem a nossa luta. Essa batalha não é só dos(as) professores(as), mas de todos aqueles que desejam um país digno e uma educação pública, gratuita e de qualidade.

Fonte: Comando Nacional de Greve

mobilizar e informar um maior número de estudantes.

À tarde, foi realizada uma reunião, a portas abertas, com o Reitor João Carlos Brahm Cousin, com relação ao posicionamento do CONSUN e COEPEA sobre o reconhecimento do Movimento Estudantil Grevista e Reestruturação do Calendário Estudantil.

A noite foi realizada uma Reunião do Movimento Estudantil na Reitoria onde os estudantes dos diversos cursos, Diretórios, Centros Acadêmicos e coletivos colocaram as posições de cada grupo sobre a Greve Estudantil.

No dia 23 de maio, foi realizada uma Reunião da Associação dos Professores (Aprofurg) às 9 horas, com a participação dos estudantes. Nesta, foram discutidas as pautas gerais e a construção da Pauta Local do movimento de greve dos professores da FURG, a qual tem muitos pontos em comum à Pauta Local criada pelo Movimento Estudantil Grevista da FURG.

No mesmo dia, a pró-reitora de assuntos estudantis Darlene Torrada Pereira, comunicou ao Movimento Estudantil Grevista a conquista da Reunião com o Conselho Universitário (CONSUN - órgão máximo de consulta e deliberação), requisitada na reunião com o Reitor no dia 22 de Maio. Na tarde do dia 25 de maio, o CONSUN reuniu-se para discutir questões referentes à Greve na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, definindo que ambos os movimentos de greve são legítimos. Definiu também que o COEPEA (Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração) fará assim que possível (ao término da greve), a reestruturação do Calendário Universitário, definindo os dias letivos a serem recuperados.

Após o comunicado de que as reivindicações em caráter de urgência haviam sido atendidas, foi deliberado, através de votação, na reunião do Movimento Estudantil Grevista às 20:00h na reitoria, após ampla discussão dos objetivos e pautas do Movimento, que se sairia das imediações da Reitoria e deslocar-se-ia para a sede da APROFURG, na qual o Movimento permanece por tempo indeterminado.

Na tarde do dia 28 de maio, ocorreu a Marcha Pela Educação, às 15:00 horas com concentração e saída do Largo Dr. Pio, no calçadão da cidade. A data foi decorrente da postergação da reunião entre representantes do Ministério do Planejamento (MP) e da ANDES-SN. Os professores da FURG, juntamente com os estudantes, levaram faixas e confeccionaram cartazes em protesto ao desrespeito por parte do Governo com relação aos Movimentos e a Educação.

Finalmente, no dia 04 de junho, às 09:00h na sede do Sindicato do Pessoal Técnico-Administrativo da FURG (Aptafurg), deflagrou-se greve, indicada em assembleia geral anteriormente, com intuito de unificar os comandos gerais de greve docente e servidores, e a comissão geral de greve dos estudantes.

A greve permanece na Universidade Federal do Rio Grande – FURG, com os três seguimentos agora parados e lutando por uma educação e condições de qualidade. A greve é forte!

Todos juntos por uma Educação de Qualidade!

POR ANA CAROLINA PAES

Acadêmica do Curso de Psicologia - FURG

Representante da Comissão Cultural - Centro Acadêmico de Psicologia - CApsi <http://capsifurg.blogspot.com/>

Coletivo CAMALEÃO

POR ALANA PEDRUZZI - Membro do Coletivo Camaleão



O Coletivo CAMALEÃO atua na Universidade Federal de Rio Grande, a FURG, desde o primeiro semestre de 2011 e é composto majoritariamente por estudantes de graduação da mesma Universidade. Contamos também com o apoio de professores, técnicos e funcionários da FURG, bem como de estudantes de outras Universidades.

Os objetivos do CAMALEÃO são os seguintes: lutar contra a homofobia, social e institucional; e defender a diversidade sexual e as identidades de gênero.

O coletivo entende que as identidades sexuais discrepantes da hegemônica, a heterossexual, não podem ser utilizadas como desculpa para discriminar e impedir que lésbicas, gays e transgêneros tenham negados o acesso à educação e à dignidade, direitos inalienáveis de todos os seres humanos.

Os encontros do CAMALEÃO acontecem toda segunda feira às 17h no saguão do Pav. 4, na FURG, Campus Carreiros.

Contato:

<http://www.facebook.com/groups/266111680086052/>

coletivocamaleao.blogspot.com

coletivo.camaleao@gmail.com

Michael Löwy e a Rio + 20

Entre a série de reportagens sobre a Rio + 20 apresentadas pela revista Caros Amigos em sua edição 180, o JornalECO destaca a entrevista com Michael Löwy, pesquisador brasileiro radicado na França, feita pela jornalista Bárbara Mengardo.

Caros Amigos - O que você espera da Rio+20, tanto do ponto de vista das discussões quanto da eficácia de possíveis decisões tomadas?

Michael Löwy - Nada! Ou, para ser caridoso, muito pouco, pouquíssimo... As discussões já estão formatadas pelo tal "Draft Zero", que como bem diz (involuntariamente) seu nome, é uma nulidade, um zero à esquerda. E a eficácia, nenhuma, já que não haverá nada de concreto como obrigação internacional. Como nas conferências internacionais sobre o câmbio climático em Copenhague, Cancun e Durban, o mais provável é que a montanha vai parir um rato: vagas promessas, discursos, e, sobretudo, bons negócios "verdes". Como dizia Ban-Ki-Moon, o secretário das Nações Unidas - que não tem nada de revolucionário - em setembro 2009, "estamos com o pé colado no acelerador e nos precipitamos ao abismo". Discussões e iniciativas interessantes existirão sobretudo nos fóruns Alternativos, na Contra-Conferência organizada pelo Fórum Social Mundial e pelos movimentos sociais e ecológicos.

CA - Desde a Eco 92, houve mudanças na maneira como os estados lidam com temas como mudanças climáticas, preservação das florestas, água e ar, fontes energéticas alternativas, etc.? Se sim, o quanto profundas foram essas mudanças?

ML - Mudanças muito superficiais! Enquanto a crise ecológica se agrava, os governos - para começar o dos Estados Unidos e dos demais países industrializados do Norte, principais responsáveis do desastre ambiental - "lidaram com o tema", desenvolveram, em pequena escala, fontes energéticas alternativas, e introduziram "mecanismos de mercado" perfeitamente ineficazes para controlar as emissões de CO2. No fundo, continua o famoso "buzines as usual", que, segundo cálculo dos cientistas, nos levará a temperaturas de 4° ou mais graus nas próximas décadas.

CA - Em comparação a 1992, a sociedade está muito mais ciente da necessidade de proteção do meio ambiente. Esse fato poderá influir positivamente nas discussões da Rio+20?

ML - Esta sim é uma mudança positiva! A opinião pública, a "sociedade civil", amplos setores da população, tanto no Norte como no Sul, está cada vez mais consciente de necessidade de proteger o meio ambiente - não para "salvar a Terra" - nosso planeta não está em perigo - mas para salvar a vida humana (e a de muitas outras espécies) nesta Terra. Infelizmente, os governos, empresas e instituições financeiras internacionais representados no Rio+20 são pouco sensíveis à inquietude da população, que buscam tranquilizar com discursos sobre a pretensa "economia verde". Entre as poucas exceções, o

A única esperança então são os movimentos sociais e aquelas ONGs que são ligadas a estes movimentos (outras são simples "conselheiros verdes" do capital). O movimento camponês - Via Campesina -, os movimentos indígenas e os movimentos de mulheres estão na primeira linha deste combate; mas também participam, em muitos países, os sindicatos, as redes ecológicas, a juventude escolar, os intelectuais, várias correntes da esquerda. O Fórum Social Mundial é uma das manifestações desta convergência na luta por um "outro mundo possível", onde o ar, a água, a vida, deixarão de ser mercadorias.

CA - Como você analisa a maneira como a questão ambiental vem sendo tratada pela mídia?

ML - Geralmente de maneira superficial, mas existe um número considerável de jornalistas com sensibilidade ecológica, tanto na mídia dominante como nos meios de comunicação alternativos. Infelizmente uma parte importante da mídia ignora os combates sócio-ecológicos e toda crítica radical ao sistema.

CA - Você acredita que, atualmente, em prol da preservação do meio ambiente é deixada apenas para o cidadão a responsabilidade pela destruição do planeta e não para as empresas? Em São Paulo, por exemplo, temos que comprar sacolinhas plásticas biodegradáveis, enquanto as empresas se utilizam do fato de serem supostamente "verdes" como ferramenta de marketing.

ML - Concorde com esta crítica. Os responsáveis do desastre ambiental tratam de culpabilizar os cidadãos e criam a ilusão de que bastaria que os indivíduos tivessem comportamentos mais ecológicos para resolver o problema. Com isso tratam de evitar que as pessoas coloquem em questão o sistema capitalista, principal responsável da crise ecológica. Claro, é importante que cada indivíduo aja de forma a reduzir a poluição, por exemplo, preferindo os transportes coletivos ao carro individual. Mas sem transformações macro-econômicas, ao nível do aparelho de produção, não será possível brejar a corrida ao abismo.

CA - Quais as diferenças nas propostas que querem, do ponto de vista ambiental, realizar apenas reformas no capitalismo e as que propõem mudanças estruturais ou mesmo a adoção de medidas mais "verdes" dentro de outro sistema econômico?

buscam tranquilizar com discursos sobre a pretensa "economia verde". Entre as poucas exceções, o governo boliviano de Evo Morales.

CA - Como a destruição do meio-ambiente relaciona-se com a desigualdade social?

ML - As primeiras vítimas dos desastres ecológicos são as camadas sociais exploradas e oprimidas, os povos do Sul e em particular as comunidades indígenas e camponesas que vivem suas terras, suas florestas e seus rios poluídos, envenenados e devastados pelas multinacionais do petróleo e das minas, ou pelo agronegócio da soja, do óleo de palma e do gado. Há alguns anos, Lawrence Summers, economista americano, num informe interno para o Banco Mundial, explicava que era lógico, do ponto de vista de uma economia racional, enviar as produções tóxicas e poluidoras para os países pobres, onde a vida humana tem um preço bem inferior: simples questão de cálculo de perdas e lucros.

Por outro lado, o mesmo sistema econômico e social - temos que chamá-lo por seu nome e apelido: o capitalismo - que destrói o meio-ambiente é responsável pelas brutais desigualdades sociais entre a oligarquia financeira dominante e a massa do "pobretariado". São os dois lados da mesma moeda, expressão de um sistema que não pode existir sem expansão ao infinito, sem acumulação ilimitada - e portanto sem devastar a natureza - e sem produzir e reproduzir a desigualdade entre explorados e exploradores.

CA - Estamos em meio a uma crise do capital. Quais as suas consequências ambientais e qual o papel do ecossocialismo nesse contexto?

ML - A crise financeira internacional tem servido de pretexto aos vários governos ao serviço do sistema de empurrar para "mais tarde" as medidas urgentes necessárias para limitar as emissões de gases com efeito de serra. A urgência do momento - um momento que já dura há alguns anos - é salvar os bancos, pagar a dívida externa (aos mesmos bancos), "restabelecer os equilíbrios contábeis", "reduzir as despesas públicas". Não há dinheiro disponível para investir nas energias alternativas ou para desenvolver os transportes coletivos.

O ecossocialismo é uma resposta radical tanto à crise financeira, quanto à crise ecológica. Ambas são a expressão de um processo mais profundo: a crise do paradigma da civilização capitalista industrial moderna. A alternativa ecossocialista significa que os grandes meios de produção e de crédito são expropriados e colocados a serviço da população. As decisões sobre a produção e o consumo não serão mais tomadas por banqueiros, managers de multinacionais, donos de poços de petróleo e gerentes de supermercados, mas pela própria população, depois de um debate democrático, em função de dois critérios fundamentais: a produção de valores de uso para satisfazer as necessidades sociais e a preservação do meio ambiente.

CA - O "rascunho zero" da Rio+20 cita diversas vezes o termo "economia verde", mas não traz uma definição para essa expressão. Na sua opinião, o que esse termo pode significar? Seria esse conceito suficiente para deter a destruição do planeta e as mudanças climáticas?

ML - Não é por acaso que os redatores do tal "rascunho" preferem deixar o termo sem definição, bastante vago. A verdade é que não existe "economia" em geral: ou se trata de uma economia capitalista, ou de uma economia não-capitalista. No caso, a "economia verde" do rascunho não é outra coisa do que uma economia capitalista de mercado que busca traduzir em termos de lucro e rentabilidade algumas propostas técnicas "verdes" bastante limitadas. Claro, tanto melhor se alguma empresa trata de desenvolver a energia eólica ou fotovoltaica, mas isto não trará modificações substanciais se não for amplamente subvencionado pelos estados, desviando fundos que agora servem à indústria nuclear, e se não for acompanhado de drásticas reduções no consumo das energias fósseis. Mas nada disto é possível sem romper com a lógica de competição mercantil e rentabilidade do capital. Outras propostas "técnicas" são bem piores: por exemplo, os famigerados "biocombustíveis", que como bem o diz Frei Betto, deveriam ser chamados "necrocombustíveis", pois tratam de utilizar os solos férteis para produzir uma pseudo-gasolina "verde", para encher os tanques dos carros - em vez de comida para encher o estômago dos famintos da terra.

CA - Quem seriam os principais agentes na luta por uma sociedade mais verde, o governo, a iniciativa privada, ONGs, movimentos sociais, enfim?

ML - Salvo pouquíssimas exceções, não há muito a esperar dos governos e da iniciativa privada: nos últimos 20 anos, desde a Rio-92, demonstraram amplamente sua incapacidade de enfrentar os desafios da crise ecológica. Não se trata só de má-vontade, cupidez, corrupção, ignorância e cegueira: tudo isto existe, mas o problema é mais profundo: é o próprio sistema que é incompatível com as radicais e urgentes transformações necessárias.

meidas mais "verdes" dentro de outro sistema econômico?

ML - O reformismo "verde" aceita as regras da "economia de mercado", isto é, do capitalismo; busca soluções que seja aceitáveis, ou compatíveis, com os interesses de rentabilidade, lucro rápido, competitividade no mercado e "crescimento" ilimitado das oligarquias capitalistas. Isto não quer dizer que os partidários de uma alternativa radical, como o ecossocialismo, não lutam por reformas que permitam limitar o estrago: proibição dos transgênicos, abandono da energia nuclear, desenvolvimento das energias alternativas, defesa de uma floresta tropical contra multinacionais do petróleo (Parque Yasuni!), expansão e gratuidade dos transportes coletivos, transferência do transporte de mercadorias do caminhão para o trem, etc. O objetivo do ecossocialismo é o de uma transformação radical, a transição para um novo modelo de civilização, baseado em valores de solidariedade, democracia participativa, preservação do meio ambiente. Mas a luta pelo ecossocialismo começa aqui e agora, em todas as lutas sócio-ecológicas concretas que se enfrentam, de uma forma ou de outra, com o sistema.

Fonte:

<http://carosamigos.terra.com.br/index2/index.php/noticias/2672-michael-loewy-critica-rio20-e-a-propaganda-da-economia-verde>

